



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
ESTADO DO PARANÁ  
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

Araucária, 15 de junho de 2015.

Excelentíssimo Senhor  
**WILSON ROBERTO DAVID MOTA**  
m.d. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta Casa

Senhor Presidente,

O Vereador Paulo Horácio, que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis e pela Lei Orgânica do Município de Araucária, submete à apreciação do Plenário a seguinte Emenda ao Projeto de Lei n. 1.725/2015, de autoria do Executivo Municipal:

**EMENDA AO PROJETO DE LEI 1.725/2015:**

Súmula: “**Altera a Súmula e os artigos 1º, 2º, 4º, 7º e 9º e suprime o artigo 3º**, ficando o Projeto de Lei com a seguinte redação:”

***SÚMULA:** “Dá nova redação aos artigos 8º, 16, 22 e 25 da Lei Municipal n. 2.360 de 14 de julho de 2011 e acrescenta os artigos 8º-A, 8º-B e 16-A ao mesmo diploma legal que estabelece normas gerais para o transporte individualizado de passageiros em veículos de aluguel providos de taxímetro – táxis – no Município de Araucária, conforme especifica”.*

**Art. 1º.** O artigo 8º da Lei Municipal n. 2.360 de 14 de julho de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º. A permissão para o Serviço de Táxi é pessoal, sendo permitida uma única transferência, não onerosa, da outorga do permissionário a terceiro que atenda os requisitos dispostos do artigo 7º, salvo alínea "a", pelo prazo da outorga.

§ 1º. A transferência não onerosa de que trata o “caput” deste artigo somente se processará com a anuência da CMTA/Araucária e poderá ocorrer apenas uma vez durante todo o período da outorga decorrente do procedimento licitatório.

§ 2º. É vedada a transferência onerosa, a qualquer título, da outorga do permissionário.

**Art. 2º.** Fica acrescentado o artigo 8º-A à Lei Municipal n. 2.360 de 14 de julho de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º-A. Em caso de morte ou invalidez permanente do condutor permissionário, fica assegurada a transferência da outorga na seguinte ordem:

I – ao cônjuge, companheira ou companheiro sobrevivente;

II – aos descendentes;



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

III – aos ascendentes;

IV – aos colaterais.

§ 1º. A transferência de que trata o “caput” deste artigo somente se processará com a anuência da CMTC/Araucária, respeitando-se o período restante da outorga decorrente do procedimento licitatório.

§ 2º. Os prazos e os requisitos para a efetivação transferência de que trata o “caput” deste artigo serão definidos no regulamento expedido pela CMTC/Araucária.

**Art. 3º. Supressão total.**

**Art. 4º.** Fica acrescentado o artigo 8º-B à Lei Municipal n. 2.360 de 14 de julho de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º-B. O permissionário, condutor motorista, poderá apresentar, sob sua responsabilidade, até 2 (dois) Condutores Auxiliares, que deverão preencher os requisitos do artigo 7º, salvo alínea "a" desta lei, e possuírem registro junto à CMTC/Araucária.

§ 1º. O Condutor Auxiliar poderá conduzir o veículo em horários suplementares ao do permissionário e substituí-lo nos casos previstos no regulamento expedido pela CMTC/Araucária.

**Art. 5º.** [Sem emendas].

**Art. 6º.** [Sem emendas].

**Art. 7º** [...].

[...]

§ 2º. Os valores arrecadados com as multas previstas no inciso IV do § 1º serão revertidos, igualmente, para os Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dos Direitos do Idoso de Araucária.

**Art. 8º.** [Sem emendas].

**Art. 9º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo Municipal regulamentá-la, no que restar preciso, no prazo de 60 (sessenta) dias.

**Paulo Henrique Areias Horácio**  
Vereador